



LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM PANORAMA DOS CURSOS NO ESTADO DO PARANÁ

Nicolas Vinicius Cesario de Aguiar¹

Breno da Conceição Neto²

Sergio Aparecido Nabarro³

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo surge a partir dos debates promovidos pelos movimentos sociais vinculados à luta pela terra e na terra. Assim, ela precisa ser direcionada às condições dos sujeitos envolvidos nessa conflitualidade. Desse modo, para além de sua dimensão política, é fundamental destacar sua relevância na oferta da Licenciatura em Educação do Campo, pois é por meio dessa formação, com características específicas, que se contemplam processos educativos voltados à realidade do campo.

O estudo sobre Educação do Campo, especialmente quando se foca no contexto histórico de sua institucionalização, possibilita analisar o direito à educação e valorizar a especificidade dessa modalidade, sendo possível inserir como fundamento do currículo escolar. Trata-se de promover uma prática educativa não excludente e que busque estimular a autonomia, atendendo à realidade dos sujeitos com um aspecto fundamental. Nesse mesmo sentido, a Educação no Campo tem relevância significativa na preservação da identidade cultural das comunidades, colaborando para manter as tradições, costumes e conhecimentos locais.

Nessa esfera de discussões, tratando-se de uma ação educativa, tal dimensão está diretamente relacionada ao processo de formação inicial de professores, no qual se tornam fundamentais os estudos, os diálogos e reflexões acerca das diferentes formas de ensino, a fim de que o futuro docente adquira bases que sustentam sua prática profissional. Diante dessa perspectiva, as propostas

¹Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PPGEO-UEL), nicolas.aguiar@uel.br.

²Mestre em Ensino (PPGEN – UENP); Doutorando em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PPGEO-UEL), breno.neto2023@uel.br.

³Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PPGEO UEL), sergionabarro@uel.br.



pedagógicas dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo assumem função essencial no processo de formação, preparando os licenciandos para enfrentar os desafios e potencializar as oportunidades presentes na realidade da Educação do Campo.

Pensar um curso de Licenciatura em Educação do Campo significa reconhecer seu papel essencial na elaboração de uma formação significativa, comprometida na luta contra as contradições e exclusões dos modelos educacionais tradicionais. Dessa maneira, o presente estudo tem como objetivo apresentar um panorama das Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam os cursos de Licenciatura em Educação no Campo no Estado do Paraná, buscando identificar os desafios enfrentados e as instituições que contribuem para essa formação. Nesse contexto, emerge a questão norteadora: de que modo as IES do Paraná têm enfrentado e/ou respondido às necessidades formativas específicas da Educação no Campo e quais tensões ainda se apresentam para a efetivação de uma formação docente voltada ao contexto, modos de vida e identidade do campo?

Dessa forma, o artigo está organizado da seguinte maneira: *Introdução*, que apresenta o tema, a justificativa e o objetivo do estudo; *Metodologia*, onde são descritos os procedimentos adotados na pesquisa, bem como o tipo de abordagem e os instrumentos utilizados para a coleta de dados; *Fundamentação teórica*, dividida em duas partes movimentos sociais e Educação do Campo, os quais sustentam a discussão a partir de referenciais teóricos; *Resultados e discussões*, seção destinada à análise e interpretação dos dados obtidos por meio dos *sites* das universidades; *Considerações finais*, que apresentam as conclusões e as contribuições do estudo e por fim, as *Referências*, que reúnem todas as obras e autores utilizados na elaboração do artigo.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, artigos, dissertações, teses, documentos e sites de órgãos institucionais relacionados às IGs, a temática sobre a Educação do campo e também sites das IES do Paraná que ofertam o curso de Licenciatura em Educação do Campo. Isso possibilitou a construção de uma base teórica, essencial para abordar áreas necessárias para o desenvolvimento do estudo. No entanto, a pesquisa também foi do tipo bibliográfica que, segundo Sousa, Oliveira e Aves (2021), é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico que necessita uma dedicação, estudo



e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar na elaboração da pesquisa.

Posteriormente, optou-se pela abordagem qualitativa, abrangendo uma variedade de técnicas interpretativas destinadas a descrever e interpretar os elementos a partir de um sistema complexo de significados (Gil, 2002), que se refere às ideias de que os fenômenos sociais, culturais ou do comportamento estão relacionados e podem ter uma compreensão considerando o contexto e as diversas perspectivas envolvidas.

Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. Trata-se, portanto, de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (Maanen, 1979). Dando prioridade às “[...] percepções de atitude e aspectos subjetivos dos objetos de pesquisa interagindo em seu grupo [...]” (Cajueiro, 2013, p. 33), e por meio dessa prática, compreender os fenômenos.

E por fim, a análise dos dados e a sistematização dos resultados obtidos a partir das consultas dos *sites* das universidades públicas do Paraná que ofertam a Licenciatura em Educação do Campo, foram fundamentais para compreender os fatores que têm contribuído para a permanência dos cursos. Ao mesmo tempo, evidenciam-se as dificuldades enfrentadas pelas instituições e muitas vezes pelos estudantes, aspectos que precisam ser reconhecidos e debatidos para ajudar no fortalecimento da formação inicial em Educação do campo. Assim, apresentar tanto os avanços quanto os desafios torna-se fundamental para as reflexões que garantam a continuidade dessa formação.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Os Movimentos Sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, envolvendo atores de diferentes grupos e camadas da sociedade. Esses grupos transformam suas demandas em questões políticas, contribuindo para a formação de um campo político sustentado pela força social. Esses movimentos se organizam em repertórios desenvolvidos em resposta a situações de conflitos, tensões e disputas, gerando um processo de transformação social, política e cultural. Como resultado possui a criação de uma identidade coletiva, sustentada e fortalecida por interesses comuns entre os grupos (Gohn, 2000).

De acordo com Brandão (2011), tais movimentos evidenciam a importância das questões do cotidiano, que ultrapassam ações meramente reformistas, pois elas representam manifestações de



resistência, autonomia e criatividade. Esses aspectos tornam-se eixos centrais na luta política, à medida que os movimentos populares passam a reivindicar novos direitos relacionados à moradia, educação, saúde, trabalho, lazer, proteção e direitos das crianças e dos adolescentes, entre outras demandas da vida cotidiana.

Nessa perspectiva, conforme Ammann (1991), os Movimentos Sociais configuram-se como ações coletivas de caráter contestador que nascem das relações sociais e revelam tensões, conflitos e disputas por sentidos e direitos na vida pública. Essas atividades não estão limitadas às manifestações locais e pontuais em determinados períodos, mas representam ações e processos organizados com pautas políticas de direitos que objetivam tanto as mudanças sociais de ordem estrutural quanto a manutenção dos direitos já conquistados e que são ameaçados de se fragmentarem ou se perderem.

Os movimentos sociais se estabelecem tomando por base as suas demandas sociais, tais como o acesso à terra, moradia, educação, saúde, trabalho entre outros. E, criam maneiras de resistência que vinculam-se nas esferas políticas, culturais e identitárias. Para Gohn (2000) os movimentos sociais desencadeiam pedagogias próprias, oportunizando aprendizagens coletivas e modelos de organização que desafiam os padrões tradicionais de sociedade e educação.

A atuação dos Movimentos Sociais, seja na defesa tanto pela transformação quanto a manutenção de determinadas políticas públicas inevitavelmente refletem conflitos mais amplos, relacionados a diferentes concepções e projetos políticos sobre a organização da sociedade (Tatagiba; Abers; Silva, 2018). Esses movimentos têm desempenhado um papel significativo na transformação de comportamentos sociais e na influência sobre políticas públicas. Nesse contexto, conforme Abers e Bulow (2011), como parte de seus esforços, frequentemente se mobilizam em busca de mudanças nos processos de tomada de decisão do Estado, exigindo a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos. Essa demanda não se limita apenas ao estabelecimento de diálogo entre governo e da sociedade civil, mas também envolve a presença crescente de ativistas dos movimentos sociais dentro das instituições estatais, contribuindo para redefinir práticas e dinâmicas políticas.

Dessa forma:

Os movimentos vivem etapas que se assemelham a ciclos na sua forma de atuar na sociedade porque sempre precisam manter um tipo de mobilização, que acaba por variar ao longo do tempo, dependendo também dos recursos humanos e materiais disponíveis. Todos os movimentos que assumiram protagonismo na sociedade no âmbito da modernidade tiveram com propósito levar ao Estado as suas demandas e lutas, em geral, buscando alcançar direitos e políticas públicas (Souza; Pereira, 2022, p.12).



Ao tratar sobre a visão histórica sobre os movimentos sociais do campo, não se pode apenas olhar e valorizar as lutas mais recentes é necessário recordar também a luta travada pelos povos originários brasileiros, que foram massacrados ao enfrentar a investida do colonialismo europeu sobre seus territórios, o que causou migrações e conflitos com outros povos. Ressaltando ainda a luta do povo negro escravizado contra os grandes fazendeiros, que impunham as condições desumanas da época (Oliveira, 1991).

Segundo Oliveira (1991), ao retomarmos as lutas mais antigas, é possível identificar a consolidação dos movimentos sociais do campo. Um marco fundamental desse processo das lutas do campesinato, levando a criação das Ligas Camponesas, entre as décadas de 1950 e 1960. Essas organizações surgiram inicialmente no Nordeste brasileiro, com forte influência e apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) da época. Sua consolidação ocorreu no município de Vitória de Santo Antão, quando trabalhadores rurais, arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores da Zona da Mata se mobilizaram em um engenho para enfrentar o aumento dos preços dos arrendamentos. A partir desse movimento inicial, as Ligas expandiram-se para outros estados, defendendo a reforma agrária e a melhoria das condições de trabalho no campo, frequentemente em confronto com as estruturas de poder impostas pelos latifúndios.

Na década de 1950, mais precisamente em 1954, no Engenho Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão, a pouco mais de 60 km de Recife, nasceu o movimento conhecido como Ligas Camponesas. A luta dos galileus foi estruturada contra a elevação abusiva do foro, ou seja, contra a alta dos preços dos arrendamentos (Oliveira, 1994, p. 26).

Os movimentos sociais constituem expressões de poder da sociedade civil, configurando -se como ações sociopolíticas construídas pelos atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles se articulam em determinados contextos socioeconômicos e políticos de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações se organizam a partir de repertórios construídos em torno de temas e problemas em conflitos, disputas e litígios vivenciados pelos grupos na sociedade. Nesse processo, os movimentos produzem transformações sociais, políticas e culturais que criam uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum entre os integrantes (Gohn, 2004).

Desta forma, os movimentos sociais desempenham um papel relevante na organização, mobilização e na resistência, especialmente no contexto das lutas do campo e para o campo. Suas lutas mostram como a união fortalece as identidades coletivas e compreendem que participação



desses grupos contribui para transformações sociais e para a construção de políticas públicas que defendem a vida e trabalho para a população do campo.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Relacionando os movimentos sociais com a Educação do Campo, é possível identificar o compromisso pela vida e a luta para a busca de viver com dignidade. As instituições de ensino, ao contemplarem as demandas das populações do campo, passam a buscar a compreensão dos processos de aprendizagem que ocorrem fora do ambiente escolar e contribuem para a integração de professoras/professores e alunas/alunos na transformação da sociedade (Arroyo; Caldart; Molina, 1998). Mediante a isso, entende-se que as lutas, não estão apenas em torno do acesso e permanência à terra, mas também, com o direito à educação, e esta que seja de um modo que considere as condições sociais e políticas dos camponeses.

Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394/1996, no artigo 28 indica as seguintes normas para essa modalidade da educação:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Munarim (2006), afirma que o processo de construção de uma política pública para a Educação do Campo não teve início com o Ministério da Educação (MEC), mas sim nas organizações sociais do campo, que lutam pelo o acesso a todos os direitos inalienáveis essenciais à vida humana, e a educação é um deles, qual sem ela, a vida entra em risco. Assim, por meio de ações da educação popular, a luta pela educação no campo começa a ser realizada, para que se garanta uma educação que alcance os sujeitos do campo e suas necessidades. Essa modalidade de educação, necessita seguir alguns pressupostos, tais os listados a seguir:

- a) ter o trabalho e a organização coletiva como valores educativos fundamentais;
- b) integrar a escola na organização do assentamento;
- c) formação integral e sadia da personalidade da criança;
- d) a prática da democracia como parte essencial do processo educativo;
- e) o professor deve ser sujeito integrado na organização e interesses do assentamento;
- f) a escola e a educação devem construir um projeto alternativo de vida social;



g) uma metodologia baseada na concepção dialética do conhecimento (MST, 2005, p.29).

A mudança do paradigma da Educação Rural para a Educação do Campo torna-se necessária não apenas a partir de uma análise crítica da escola rural, mas também como resposta às propostas desenvolvimentistas voltadas para o campo, muitas vezes guiadas pelos interesses do agronegócio e na exploração indiscriminada dos recursos naturais. Essa mudança decorre da compreensão de que é fundamental adotar abordagens educacionais que considerem as especificidades do campo, promovendo a valorização da agricultura camponesa, a preservação do meio ambiente e o respeito aos saberes das comunidades tradicionais (Brasil, 2007).

No campo, a educação pode sobre algumas limitações, sendo preciso quebrar paradigmas de que o campo é lugar do inferior e do atraso, dessa forma a construção da identidade do campo e relevância da construção histórica e principalmente romper com o parâmetro de referência da educação urbana (Martins *et al.* 2016).

É justamente em defesa de uma Educação do Campo que desenvolva práticas pedagógicas que respeitem as vivências e o protagonismo dos sujeitos do campo que os movimentos sociais, comunidades quilombolas, povos originários, organizações não governamentais, e civis organizados lutam e reivindicam por mudanças políticas e estruturais nos processos pedagógicos de ensino. Essas reivindicações têm como objetivo a reestruturação, revalorização e promoção do respeito às diversas realidades do campo.

Essa abordagem busca potencializar a educação, incentivando os indivíduos a se organizarem na luta pela transformação, com a perspectiva de, eventualmente, romper com o modelo hegemônico vigente (Santos; Santos, 2021). A Educação do Campo surgiu vinculada às demandas e ações dos movimentos sociais dos camponeses de luta pela reforma agrária. No interior dos acampamentos, era preciso garantir o direito à educação, à formação de sujeitos que valorizem o modo de vida camponês, especificidades e as particularidades da população do campo (Santos; Knaben, 2022).

Os camponeses não lutam apenas pela terra, mas pela persistência do seu modo de vida, pela preservação das suas tradições, da sua cultura e da sua identidade (Caldart, 2004). Porém, é importante debater a respeito da formação de professores para atuar no campo, ou seja, dos cursos de Licenciatura em Educação no Campo. É um embate político e social que, desde ano de 1998, com a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que discute a formação de professores para a Educação no Campo (Molina; Sá, 2012).



Diante de várias mobilizações dos movimentos sociais, a formação de professores do campo ganhou visibilidade, conquistando espaço e também pela necessidade de formar profissionais que compreendessem a dinâmica do campo. Assim, as políticas públicas cooperaram com a elaboração de cursos superiores, no caso, Licenciatura em Educação no Campo (Molina; Hage, 2015). Foi a partir disso que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou em 2007 um grupo de trabalho com membros de movimentos sociais que criou o Procampo que, de acordo com Paula:

A convocação de instituições públicas para participarem dos editais para seleção dos projetos se configurou como uma forma de ampliação e continuidade do PROCAMPO. As experiências com a Licenciatura em Educação do Campo se iniciaram em 2007 com os projetos pilotos. Desde o primeiro edital, lançado em 2008, já estava previsto que as instituições de ensino superior pudessem apresentar propostas para cursos regulares, com duração de quatro anos, voltados para a formação de professores para a docência em anos finais do ensino fundamental e médio (Paula, 2002, p.250).

O curso se estrutura em três pilares, sendo eles: formação teórica que proporciona conhecimentos e domínios de conteúdos na área docente; conhecimentos sobre o funcionamento da instituição escolar e da relevância e função social entre a escola e a comunidade do campo (Molina; Antunes-Rocha, 2014). A formação habilita os professores para atuarem no Ensino Fundamental e Médio com uma matriz curricular organizada em quatro áreas do conhecimento: Artes, Literatura e Linguagens; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza e Matemática; e Ciências Agrárias.

Por meio das análises das bibliografias, compreende-se a relevância dos Movimentos Sociais para o surgimento da Educação do Campo, com isso observa-se que os movimentos sociais no Brasil, exercem um papel importante e fundamental para a luta social, como a igualdade de direitos, uma educação que seja voltada para a sua realidade e vivências garantindo uma qualidade no ensino para a população do campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Licenciatura em Educação do campo e Panorama do curso nas Universidades Públicas do Paraná

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, tem seu surgimento no Brasil ao final da década de 1990, como resultado das reivindicações das populações residentes em áreas rurais que buscavam uma educação que valorizasse o seu modo de vida e suas especificidades (Oliveira, 2008).

A Licenciatura em Educação do campo, tem como objetivo formar e habilitar profissionais para atuar nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, tendo como objeto de estudo e de



práticas as escolas de educação básica do campo. Nesse contexto, a proposta de alternância configura-se como um desafio, pois articula a formação no tempo na universidade, articulada com o tempo comunidade, estabelecendo uma temporalidade ajustada à espacialidade.

Esta metodologia prevê um currículo flexível, capaz de atender aos objetivos de que, em tempos e espaços alternados sendo Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), os jovens do campo tenham acesso à escolarização, conhecimentos científicos, valores produzidos em família, comunitários, bem como aos saberes da terra (FURG, [s.d.]).

Diante de todo contexto sobre o surgimento da Educação do campo, como observa-se ela está ligada aos movimentos sociais, é muito relevante destacar e compreender como a Licenciatura em Educação do campo, é importante para o profissional que participe da comunidade e dialogue com respeito a culturas e tradição que as comunidades possuem. É possível observar-se que no estado do Paraná, em 2025, possui apenas três universidades que ofertam essa modalidade:

Quadro 1: Instituições Públicas que ofertam o curso de Licenciatura em Educação do campo

INSTITUIÇÃO	CURSO / ÊNFASE	CAMPUS	MODALIDADE E ORGANIZAÇÃO	PÚBLICO-ALVO / CRITÉRIOS DE INGRESSO
<i>Universidade Federal do Paraná (UFPR)</i>	Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza	Curitiba-Campus Matinhos	Presencial, em regime de alternância (tempos universidade e tempos comunidade)	Educadores do campo sem licenciatura; agricultores familiares; assentados; acampados; ribeirinhos; pescadores; quilombolas; indígenas e povos da floresta (Conforme o Decreto 7.352/2010)
<i>Instituto Federal do Paraná (IFPR)</i>	Licenciatura em Educação do Campo	Curitiba	Presencial	Educadores e educadoras do campo vinculados ao PARFOR Equidade (CAPES)
<i>Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)</i>	1) Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias) Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza 3) Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas.	Laranjeiras do Sul	Presencial	Comunidades do campo, assentados e educadores rurais Educadores e sujeitos do campo



Fonte: Sites das IES públicas do Paraná. **Org.:** Autores (2025).

A *Universidade Federal do Paraná (UFPR)*, que oferece o curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza, é de caráter especial e faz parte do PRONACAMPO, sendo institucionalizado pela UFPR em 2014. Esse curso tem o objetivo de formar docentes para atuar em escolas do campo. E tem como público-alvo os educadores do campo que ainda não possuem curso de licenciatura, atendendo ao Decreto nº 7.352/2010, que privilegia também agricultores familiares, assentados, acampados, pescadores, ribeirinhos, ilhéus, quilombolas, indígenas e povos da floresta. Dessa forma, são ofertadas, a cada vestibular, 40 vagas na modalidade presencial em regime de alternância. Esse curso tem um vestibular especial, que atende aos critérios estabelecidos pelo PRONACAMPO, em consonância com as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, instituídas em abril de 2002 pelo MEC (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, [s.d.]).

A UFPR *campus* Litoral, possui um Projeto Político Pedagógico (PPP), fundamentado na realidade das comunidades que compõem o seu território de abrangência, buscando promover a autonomia e o comprometimento social dos sujeitos que nela vivem. Esses municípios - Guaratuba, Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná, são historicamente marcados por ciclos de exploração e abandono.

A proposta do curso toma como referência o desenvolvimento sustentável do campo, em âmbito local e regional, orientando-se pelos preceitos da agroecologia. Também incorpora propostas metodológicas voltadas ao planejamento, à execução e à avaliação do processo pedagógico, fundamentadas na pesquisa-ação-reflexão.

Do ponto de vista político-pedagógico, o curso tem a finalidade de promover uma educação do campo comprometida com a construção de uma nova concepção de campo, com a reforma agrária e com a agricultura familiar, destacando o papel do educador durante o processo. Nesse horizonte, destaca-se em conformidade com Caldart (2004), que a Educação no Campo deve ser orientada tomando por base os modos de vida, saberes, vivências e experiências dos camponeses, compreendendo que o campo enquanto espaço epistemológico, de luta e resistência.

Além disso, o curso fundamenta-se na concepção freiriana, que enfatiza o resgate do humano como sujeito de si e de sua própria educação. Tal perspectiva entende a formação humana como um processo de mudança contínua, no qual a aprendizagem se desenvolve mediante o processo de autorreflexão e da construção da consciência crítica, dando ao sujeito a possibilidade de reorganizar experiências vividas e transformar a realidade. Nesse entendimento, a aprendizagem assume uma



postura de ação emancipadora, na medida em que modifica o indivíduo e, ao mesmo tempo em que renova, preserva sua identidade e fortalece sua relação com a comunidade e com o mundo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, [s.d.]).

Portanto, uma aprendizagem libertadora, orientada pela conquista e pelo fortalecimento da autonomia, em que o sujeito, não objeto da educação, consciente com as características humanas de ser inacabado. Essa visão compreende o tempo como elemento que distingue os homens de animais, caracterizando como sujeitos históricos, capazes de construir o futuro com base no passado. Assim, o curso pressupõe como princípio a educação libertadora de caráter progressista, reconhecendo que os participantes são sujeitos construtores da história e transformadores do mundo.

No *Instituto Federal do Paraná (IFPR)*, o curso Licenciatura em Educação do Campo é ofertado no *campus* Curitiba, com foco na formação de educadores comprometidos com a transformação social e a valorização da cultura camponesa. O curso foi criado e autorizado pela Resolução CONSUP/IFPR n.º 166, de 21 de dezembro de 2023 e Portaria PROENS/IFPR n.º 99, de 17 de abril de 2024. Inserido Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, ofertado pelo PARFOR Equidade/ CAPES (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, [s.d.]).

Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Licenciatura em Educação do Campo do IFPR, *Campus* Curitiba, foi elaborado para atender às diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). A oferta do curso alinha-se às necessidades e realidades específicas dos professores em exercício que atuam na educação no campo, valorizando suas práticas e saberes. O curso tem por objetivo oferecer a esses educadores a possibilidade de acessar uma formação superior por meio da Licenciatura em Educação do Campo, enfatizando o processo de ensino e de aprendizagem diante das experiências e desafios vivenciados pelas comunidades camponesas (IFPR, 2023).

O curso adota um formato integral, caracterizado pela alternância entre formação em serviço e discussões teóricas aos sábados letivos. Durante a semana, os estudantes estão integralmente envolvidos em suas práticas educativas nas comunidades, acompanhado por professor-formador, proporcionando uma formação que se alinha com as demandas da Educação do Campo. As atividades teóricas, são essenciais para a fundamentação conceitual e metodológica, com aulas concentradas aos sábados, permitindo uma imersão mais aprofundada nas abordagens dos eixos curriculares e a participação ativa dos estudantes.



A *Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)*, busca atender as demandas sociais e populares. A UFFS, foi implantada no município de Laranjeiras do Sul-PR, sendo que ponto de partida foi feito para tentar suprir as necessidades da região quanto ao desenvolvimento humano e tecnológico. O município está localizado em uma mesorregião chamada Cantuquiriguaçu, ela é composta por 20 municípios paranaenses que juntos, segundo dados do IBGE 2007, reúnem mais de 230 mil habitantes. Essa localidade se caracteriza como a segunda região mais pobre do Paraná, apresentando Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) abaixo da média brasileira e paranaense, contando com contingente significativo de população rural e povos tradicionais remanescentes como os indígenas e quilombolas (CONDETEC, 2004).

Nesse contexto, a UFFS surge em Laranjeiras do Sul com cinco cursos voltados e preocupados com o desenvolvimento regional que vão desde as ciências agrárias, a indústria, a gestão e ao ensino voltado para a formação de professores para o ensino no campo. São eles: Engenharia de Aquicultura, Engenharia de Alimentos, Agronomia com ênfase em agroecologia, Ciências Econômicas e Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação no Campo –Licenciatura. Os profissionais formados pela instituição terão uma preocupação em desenvolver pesquisas e trabalhos que possam ser aplicados aos interesses dos habitantes da região (Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023, p.20).

A universidade oferta o curso no campus de Laranjeiras do Sul e possui três cursos na modalidade de licenciatura em educação do campo: 1) Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências naturais, matemática e ciências agrárias; 2) Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da natureza; e 3) Educação do Campo: ciências sociais e humanas (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, [s.d.]).

Um curso voltado à Educação do Campo, instalado em um campus localizado dentro de um território que tem como característica a forte presença da agricultura familiar e camponesa, se faz de extrema importância. Assim, atendendo os anseios das organizações e movimentos sociais populares, bem como das populações camponesas pertencentes à região, e também cumprindo seu papel de promover o desenvolvimento humano (Novais; Oliveira; Santos, 2020, p.151).

Dessa forma Universidade Federal da Fronteira Sul, vem cumprindo esse papel de definição e apoio das reivindicações populares, priorizando o processo de expansão da educação superior pública e gratuita a uma região, sendo uma população historicamente esquecidas, levando oportunidades que essas conquistas democráticas, para que as ações populares adquiram ainda mais forças por meio do acesso ao ensino superior.



É relevante relatar a extinção do curso na *Universidade Tecnologia Federal do Paraná (UTFPR), campus de Dois Vizinhos*. Segundo Turmena *et al.* (2023), entre os principais problemas e dificuldades enfrentados destaca-se, que embora o curso tenha sido implantado, decorrente das demandas dos movimentos sociais, que se materializam em políticas públicas para a qualificação de educadores das áreas rurais, uma das principais dificuldades enfrentadas no curso de LEDOC da UTFPR Dois Vizinhos consistiu na evasão, em parte decorrente do elevado índice de retenções, em razão das lacunas no processo de ensino e aprendizagem, decorrentes da educação básica, dentre outros.

Logo, vários estudantes optaram por sair do curso ainda no primeiro semestre. Outro aspecto importante, de acordo com o relato da maioria dos estudantes, era o fato de o ingresso no curso de LEDOC era uma oportunidade de chegar ao ensino superior numa universidade pública e gratuita. Além da gratuidade do curso, havia também subsídios como a moradia e alimentação, sem os quais a maioria dos estudantes cursistas, que possuíam baixa renda econômica, não teriam qualquer possibilidade de ingressar no ensino superior, mesmo sendo em uma instituição pública (Turmena *et al.* (2023).

Diante desse cenário, a UTFPR campus Dois Vizinhos ofertou o curso de Licenciatura em Educação do Campo com duas habilitações: Ciências da Natureza e Ciências Agrárias. Com essa situação, o corpo docente do curso de graduação Licenciatura em Educação do Campo, em concordância com os movimentos sociais, propôs a criação de um curso de Pedagogia por compreender que seria uma forma de manter a responsabilidade social com a comunidade local, uma vez que essa graduação só é ofertada na região por uma instituição privada e na modalidade Educação à Distância (EaD).

Portanto, diante do panorama apresentado, observa-se que a oferta da Licenciatura em Educação do campo no Paraná em 2025, permanece com ofertas em poucas instituições públicas, revelando tantos os avanços e as fragilidades que podem ser encontradas em relação à consolidação dessa política formativa no estado. A presença da UFPR, IFPR e da UFFS, mostra os esforços para garantir o acesso de educadores e para que a população do campo possa ter uma formação específica, crítica e alinhada com suas necessidades. É fundamental a atuação dessa instituição para fortalecer o direito à educação de qualidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que os cursos de Licenciatura em Educação Campo são ofertados atualmente por apenas três IES no estado do Paraná. Essa informação reflete as dificuldades e os desafios enfrentados por essa modalidade ao longo dos anos. Entretanto, é necessário fortalecer e ampliar essas iniciativas, que representam conquistas importantes na luta por uma educação que dialogue com as realidades e especificidades do campo.

As Licenciaturas em Educação do Campo possuem grande relevância, sobretudo por enfrentarem o processo de homogeneização do ensino. Essa modalidade contribui para a valorização dos saberes, culturas e das lutas que caracterizam o campo. No entanto, observa-se uma dificuldade significativa na permanência dos estudantes nos cursos, tanto pela baixa procura quanto pelas limitações em decorrência do mercado. Ainda assim, as ofertas reafirmam o compromisso com uma educação crítica e inclusiva que exige políticas públicas consistentes, capazes de contribuir para uma formação contextualizada e voltada à realidade do campo.

Palavras-chave: Formação de Professores; Movimentos Sociais; Licenciatura em Educação do Campo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. **Sociologias**, ano 13, n. 28, p.52-84, 2011.

AMMANN, Safira B. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991. p. 22.

ARROYO, Miguel. CALDART, Roseli Salette. MOLINA, Mônica Castagna. I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. Documento Final. Luziânia, 27 a 31 jul. 1998.

BRANDÃO, Lucas Coelho. A literatura sobre movimentos sociais: interações entre a política institucional e a política não institucional. BIB - **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 71, p. 123-143, 2011. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/356>. Acesso em: 01 out. 2023.



BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - Resolução nº 1 - CNE/CEB, de 03 de abril de 2002. Brasília; MEC, 2002.

BRASIL. **Ministério da Educação. Educação do Campo:** diferenças mudando paradigmas. Brasília: MEC, 2007.

CAJUEIRO, R. L. P. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos:** guia prático do estudante. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: Miguel Arroyo, Roseli Salette Caldart, Mônica Molina. (Org.). **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p. 1-92.

CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu. Diagnóstico socioeconômico. Curitiba: CONDETEC, 2004.

FURG — Universidade Federal do Rio Grande. Histórico. Educação do Campo. [s.d.]. Disponível em: <https://educacaodocampo.furg.br/historico>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11–40, 2000. DOI: 10.5433/2176-6665.2000v5n1p11. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194>. Acesso em: 29 set. 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IFPR — Instituto Federal do Paraná, campus Curitiba. PPC Licenciatura em Educação do Campo. 2023. PDF. Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2025/02/PPC_Lic_Ed_Campo_Consump.pdf . Acesso em: 26 nov. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - IFPR. Licenciatura em Educação do Campo - Campus Curitiba. Instituto Federal do Paraná, Curitiba, [s.d.]. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/nossos-cursos/cursos-superiores/licenciatura-em-educacao-do-campo/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MAANEN, J. V. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. In: **Administrative Science Quarterly**, v. 24, n. 4, 1979, p. 520-526.

MARTINS, R. A. B ; Antônio Domingos Moreira ; SANTOS, E. O. R. ; BORGES, M. S. A importância dos Movimentos Sociais para os avanços na formação dos professores do campo. 2018. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/politicaspUBLICAS/wpcontent/uploads/2018/12/I_SEM_PPE_2018_13.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, I. Educação do Campo: História, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o prona e o procampo. **Reflexão e Ação**, v. 22, n. 2, p. 220-253, 19 dez. 2014.



MOLINA, M. C; HAGE, S. Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 121-146, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MOLINA, M. C; SÁ, L. M. Verbete da Escola do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

MST. Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. Caderno de Educação nº 13. Veranópolis: Iterra, 2005.

MUNARIM, Antônio. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. Brasil Ministério do Desenvolvimento Agrário. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. Brasil: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, 152 p. Disponível em: https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_e_pesquisa_-_questes_para_reflexo.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

NOVAIS, E. P.; OLIVEIRA, D. H. C. ; SILVA, L. H. ; SANTOS, R. DOS . Quem são os educandos do Curso Interdisciplinar em Educação no Campo ? Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul, Paraná?. **REVISTA DE EDUCAÇÃO POPULAR**, v. 19, p. 144-157, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53404/30293>. Acesso em:

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. 101 p.

OLIVEIRA, M.A. As bases filosóficas de alguns projetos de educação do campo: do pretendido marxismo à aproximação ao ecletismo pós-moderno. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PAULA , H. V. de C. A Licenciatura em Educação do Campo no Brasil: levantamento do observatório da institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo . **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 240-256, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v12n1a2023-67544. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/67544>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SANTOS, G. dos; SANTOS, S. G. dos. A importância da RECASA na Educação do campo: formação continuada e Educação contextualizada. *Revista Interseção*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 112–133, 2021. DOI: 10.48178/intersecao.v2i1.275. Disponível em: <https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/intersecao/article/view/275>. Acesso em: 02 out. 2023

SANTOS, J. A; KNABEN, A. A importância da Educação no cenário da Educação do Campo: um estudo de revisão. **Revista Terra Livre**, v. 2, n. 21, 2022, p. 113-156. Disponível em: <https://docplayer.com.br/72976529-A-importancia-daeducacao-no-cenario-da-educacao-do-campo-um-estudo-de-revisao.html>. Acesso em: 07 jul. 2023.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: Princípios e fundamentos. *FUCAMP Cadernos*, v. 20, p. 64-83, 2021.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

SOUZA, Cláudio André de Souza; PEREIRA, Carla Galvão Pereira. Movimentos sociais. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2022. 69 p. : il.

TATAGIBA, Luciana. ABERS, Rebecca. SILVA, Marcelo Kunrath. MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: IDEIAS E EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DE MODELOS ALTERNATIVOS. In: Roberto Pires, Gabriela Lotta, Vanessa Elias de Oliveira. (Org.). Burocracia e políticas públicas no Brasil : interseções analíticas. 1ed.Brasília: Ipea-Enap, 2018, v. , p. 105-140. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_burocracia_e_politicas_publicas_no_brasil_cap04.pdf Acesso em: 02 out. 2023.

TURMENA, L.; ANDRADE, Z. M. de; NUNES, S. P ; JUNIOR, A. de J. R. Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Campus Dois Vizinhos: da implantação à extinção. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 48, n. 1, p. 216-233, 2023. DOI: 10.5216/ia.v48i1.72012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72012>. Acesso em: 18 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS. Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Curso de Licenciatura (Campus Laranjeiras do Sul). UFFS, Laranjeiras do Sul, [s.d.]. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/uffs/educacao-do-campo-ciencias-sociais-e-humanas-licenciatura/perfil-do-curso-laranjeiras-do-sul>. Acesso em: 14 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS. Projeto Pedagógico do Curso – Licenciatura em Educação do Campo. Laranjeiras do Sul, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR. Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza. UFPR - Setor Litoral, Matinhos, [s.d.]. Disponível em: <https://litoral.ufpr.br/lecampo/curso/>. Acesso em: 15 jul. 2025.